

V – Evolução do setor urbano e análise mais detalhada do presente

Fernando Henrique Cardoso
Geraldo Müller

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CARDOSO, FH., and MÜLLER, G. *Amazônia: expansão do capitalismo* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 77-83. Evolução do setor urbano e análise mais detalhada do presente. ISBN: 978-85-99662-73-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

V – Evolução do setor urbano e análise mais detalhada do presente

Comparativamente à disponibilidade de informações bibliográficas e estatísticas sobre o setor rural, as informações sobre o setor urbano são escassas e minguadas. Tanto isso é verdade que para a análise do presente, a rigor, dispomos de duas tabelas, a de distribuição da PEA pelos Setores Secundário e de Serviços e Posição na ocupação.

A malha urbana é rarefeita, mas com avolumados núdulos, à semelhança do que ocorre em áreas mineradoras e pecuaristas. Algumas indicações simples evidenciam essa característica da Amazônia onde, ainda hoje, a hidrovia constitui-se no principal meio de comunicação. Enquanto que o Estado do Maranhão contava (1968), apenas ele, com 133 municípios, a Região norte possuía tão-somente 10 a mais (143) (Rondônia e Roraima com 2, Amapá com 5, Acre com 7, Amazonas com 44 e Pará com 88 municípios; a essa época, o país contava com algo com 4 mil municípios). Por outro lado, se considerarmos os municípios cujos núcleos urbanos possuem em torno de 20 mil habitantes e mais, na Amazônia havia, em 1970, apenas 8; além das Capitais dos Estados e Territórios (a capital de Roraima não alcançava 15 mil), apenas o Pará contava com 3 municípios nessas condições: Abaetetuba, Castanhal e Santarém.

Em traços gerais, assim como a evolução do setor rural, a evolução do setor urbano e sua situação presente indicam a recentidade do processo de povoamento e expressam um desenvolvimento econômico incipiente.

Devemos agora detalhar as considerações feitas em “Caracterização Geral do Emprego”. A distribuição porcentual da População Economicamente Ativa nos Setores Secundário e Terciário permite particularizar aquelas considerações.

A tabela XV mostra, basicamente, a distribuição da PEA urbana nos setores predominantemente localizados nas cidades (note-se que a expressão “cidades” designa aqui qualquer núcleo político-administrativo). Entre as três colunas “Região norte” consta a porcentagem da PEA dos Setores Secundários e de Serviços lotada no meio rural e que está subentendida nas demais unidades da Região norte. Apenas 17% da PEA dos setores acima encontram-se em meio rural, o que proporciona uma ideia

da dimensão, pequena, do possível artesanato da Amazônia. O que chama a atenção na coluna total (cuja distribuição diz respeito à PEA total) são o Secundário I (Indústrias de Transformação), o Serviço de Produção (basicamente, transportes) e o Serviço de Consumo Coletivo (ensino, saúde, segurança etc.), tudo, praticamente, integrando o setor público.⁹⁶

Como já vimos (Tabela IV); entre 1960 e 1970 o emprego nas atividades industriais aumentou de 6,1% da PEA total para 11,4%; se bem que a indústria se encontra sobretudo nas Capitais, o maior aumento relativo ocorreu no interior. Esta “interiorização” das atividades industriais acha-se vinculada à exploração do manganês no Amapá e à industrialização da juta em Santarém.

Observe-se, no entanto, que esse movimento industrial não data da última década, mas da década anterior (1950/60) e, assim, em 1960/70, deve ter-se intensificado. “Em 1949, 95% da renda industrial eram gerados nos Estados do Pará (68%) e do Amazonas (27%). Em 1959, em consequência da instalação de uma refinaria de petróleo em Manaus e da exploração do manganês no Amapá, essa relação alterou-se profundamente. Essas três Unidades respondiam por 98% da renda desse setor: o Pará e o Amazonas com 40% cada um e o Amapá com 18%.⁹⁷ E data dessa década a mudança na participação da indústria têxtil na estrutura da indústria de transformação na Região norte: em 1949 participava com 4,6% e, em 1959, com 16,4%.⁹⁸

A participação da PEA rural do Secundário I é elevada (21,1%); por ela são responsáveis Rondônia, Roraima e Amapá. Nos dois primeiros trata-se, certamente, de algum artesanato (olarias, pequenas serrarias etc.); não se deve esquecer, no entanto, o extraordinário aumento de grandes serrarias e do garimpo⁹⁹ no Amapá; trata-se, sem dúvida, aqui, da exploração do minério de manganês. A economia do mercado (manganês) “se superpôs à (economia) tradicional, voltada para o consumo regional, sem a ela se

⁹⁶ A classificação utilizada apóia-se no trabalho de Paul Singer *Força de Trabalho e Emprego no Brasil: 1920-1969*, Publicações CEBRAP, Caderno n.º 3, 1971.

⁹⁷ BASA, p. 126.

⁹⁸ Quadro n.º 6, p. 127, BASA.

⁹⁹ “Somente entre os anos 60 e 70, a população do território (de Rondônia) cresceu de 70%, estimando-se que 30 mil pessoas dependiam do garimpo, já que eram 6 mil os garimpeiros em atividade”. Sérgio Macedo, *Opinião*, 14/11/75, n.º. 158, p. 12.

articular. Quanto ao desenvolvimento urbano, porém, a extração mineral criou condições propícias, permitindo a Macapá ter um aumento de população de 18%, 4% entre 1950-60, e exercer o controle regional”.¹⁰⁰

XV – Distribuição porcentual do emprego nos setores secundário e de serviços segundo as unidades da federação da região norte e Maranhão – 1970

Setores	Região norte						
	Total ²	Urbana *	Rural *				
Secundário I	11,4	78,9	21,1				
Secundário II	2,5	87,5	12,5				
Serviços de Produção	12,6	82,4	17,6				
Serv. Consumo Coletivo	9,0	86,8	13,2				
– Serv. Público	8,1	86,7	13,3				
– Serv. Privado	0,9	88,2	11,8				
Serv. Consumo Individual	5,3	87,7	12,3				
Ativs. Não Compreendidas	2,2	75,1	24,9				
Total ¹	%	100,0	82,9				
	n.º	442725	367323				
			75402				
Setores	Apenas a PEA Urbana *						
	Maranhão	Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá
Secundário I	68,0	66,0	80,6	88,0	60,7	77,3	62,9
Secundário II	60,8	79,0	87,7	92,9	91,7	86,2	83,0
Serviços de Produção	69,2	77,2	71,2	88,6	84,5	81,1	78,0
Serv. Consumo Coletivo	75,4	87,9	81,7	86,3	87,2	87,2	90,4
– Serv. Público	75,0	88,5	82,4	85,9	87,2	86,9	90,7
– Serv. Privado	78,0	76,6	65,1	89,4	–	89,5	86,0
Serv. Consumo Individual	77,8	82,8	85,3	91,6	79,6	87,4	78,7
Ativs. Não Compreendidas	73,8	78,1	82,9	76,8	91,9	73,5	65,7
Total ¹	%	70,0	77,7	80,0	88,0	80,0	82,0
	n.º	147862	14013	15989	94836	4851	223888
							13846

Fonte: Censo Demográfico, 1970.

1 – Refere-se ao total dos setores Secundário e Terciário.

2 – O porcentual dessa coluna diz respeito à distribuição da PEA total, incluindo, portanto, a do primário.

* – As porcentagens referem-se à massa da PEA lotada nesse local relativamente a cada setor; assim, urbano e rural da Região norte somam, em cada setor, 100%, ao passo que para

“Apenas a PEA Urbana” consta tão-somente aquela lotada nesse local, e o que falta para 100% corresponde àquela na área rural.

Não é de admirar que, em uma região como essa, o setor público – administração, funcionalismo, polícia etc. – tenha significativo número de empregados – o que não quer dizer que a atuação do mesmo setor se restrinja ao emprego desse volume de pessoas.

XVI – Setor de atividade e posição na ocupação das pessoas de 10 anos e mais – região norte – 1970

	Atividades Industriais	Serviços de Produção	Serviços de Consumo Coletivo	Serviços de Consumo Individual	Total
Empregadores	1676	2738	6	469	4889
Empregados	92.916	71.293	89.824	71.468	325.501
Autônomos	22.216	48.118	1016	30.162	101.512
Não remunerados	619	1379	2015	6784	10.797
Sem Declaração	16	–	–	70	86
Total	117.443	123.528	92.861	108.953	442.785

Fonte: Censo Demográfico, 1970.

A distribuição da PEA, não diferenciando a lotada no meio rural ou urbano, por setor de atividade e posição na ocupação, permite-nos ter uma ideia da divisão intersetorial do trabalho.

Se considerarmos o contingente de trabalhadores autônomos, mais os não remunerados, e ainda a categoria dos “sem declaração”, que na verdade constituem mão de obra familiar, o que soma mais de 112 mil pessoas, obteremos 25,4% da PEA como integrante de unidades industriais e de serviços, compondo o *segmento urbano familiar*. Os restantes 330 mil da PEA fazem parte do *segmento urbano empresarial*, público e privado.¹⁰¹ As informações não permitem desagregar estes dois subsectores. Mas caso ponderássemos que os empregados dos serviços de consumo coletivo (quase 90 mil) compõem a força de trabalho ativa do segmento público (escolas), dimensionaríamos tal segmento em 20% da PEA.

¹⁰¹ Claro está que, aqui, estamos considerando como *urbano* todos os integrantes da PEA lotados nos setores secundário e terciário e como *empresarial* todos os empregados e empregadores.

¹⁰⁰ Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas, p. 51.

É claro que o contingente do segmento que expressa a iniciativa privada acha-se ingurgitado pela excessiva simplificação dos cálculos. Basta notar que no setor de Atividades Industriais encontram-se tanto a refinaria de Manaus, que integra o segmento estatal, como uma grande quantidade de pequenas unidades fabris que poderiam fazer parte do segmento familiar; no de Serviços de Produção a mesma coisa; os grandes bancos são estatais; a grande maioria dos quase 3 mil empregadores é formada de pequenos aviadores; o mesmo vale para os demais setores.

No entanto, como não bastasse isso para duvidar do grande peso do segmento empresarial privado na economia “urbana” da Amazônia – que, fora de dúvida, tem alguma expressão – devemos acrescentar o seguinte: dinamicamente, a instalação de unidades industriais e de serviço de porte na região deve ser creditada ao papel do setor estatal que, via criação de organismos de supervisão (SUDAM), canaliza um sem-número de incentivos (econômico-fiscais, entre outros) com a finalidade de levar a empresa privada a participar do desenvolvimento da Amazônia.

Poderíamos, no limite das razoáveis arbitrariedades estatísticas, dimensionar, comparativamente, os setores urbano e rural e, assim, obter uma ideia, pálida por sinal, da divisão social do trabalho na Amazônia.

Contando como *segmento rural familiar* o contingente dos trabalhadores por conta própria, somando-se os trabalhadores não remunerados, mais os “sem declaração”, da PEA lotada neste setor, obteríamos 81%: relativamente bem maior que os 25% desse segmento na parte urbana. Por outro lado, considerando como *segmento rural empresarial* os empregadores e empregados (e parceiros) (Tabela XII), obteríamos 19% da PEA, contingente relativamente bem menor que os 75% desse segmento na parte urbana.

Na área urbana, a emulação mercantil-capitalista induziu a massa trabalhadora a mudanças verdadeiramente dramáticas, como se pode atestar nas duas maiores cidades amazônicas. Manaus foi decretada, em 1967, Zona Franca, tendo em vista dinamizar as relações sociais mercantis e, assim, criar um pólo de desenvolvimento. Entre 1970 e 74, ali se instalaram indústrias de montagem, nacionais e estrangeiras, em número de 97; junto delas surgiram 9 mil casas comerciais; disso resultaram 30 mil empregos diretos, sendo que se prevêem 50 mil até 1980 (*O Estado de São Paulo*, 11/5/75). A renda per capita passou de 170 dólares em 1967 para 680

dólares em 1974. Mas, a que preço? Para quem? “Na verdade, porém, a industrialização está sendo realizada a um alto preço: o esvaziamento da agricultura e a desorganização social e urbana parecem criar efeitos muito mais prejudiciais do que a renda e os empregos que surgiram nos últimos oito anos, incapazes de acompanhar o ritmo do crescimento demográfico” (*O Estado*, idem).

A industrialização “fantasma” de Manaus – pois, de fato, trata-se de linhas de montagem de bens de consumo durável (rádio, TV etc.) – responde, antes de tudo, ao perfil de renda do centro-sul do país, extremamente concentrado, do que a uma situação local e regional para a qual, afinal de contas, a Zona Franca foi criada.

Ilusão de uma fonte de renda urbana estável, ocupação temporária ou subemprego, luta pela educação dos filhos, por uma guarida médico-hospitalar quando necessária etc. induzem ao êxodo rural. Esses fenômenos todos, no entanto, não são privilégio de Manaus. Belém, em 1960, contava com uma PEA superior a 200 mil pessoas. No entanto, apenas 113.871 “tinham qualquer emprego... o subemprego crônico não é fenômeno conjuntural... mas de uma realidade estrutural, antiga e com o peso de uma tradição”.¹⁰² As informações atuais disponíveis não só sublinham a situação de 1960 como apontam para aspectos mais dramáticos.

A recentidade do processo de povoamento e do desenvolvimento das forças produtivas na Amazônia casa-se com zonas de povoamento antigas e forças produtivas amortecidas e que setorialmente apresentam algum crescimento. No meio urbano, tal incremento ocorre, sem dúvida alguma, mas a um custo para a população assaz elevado. No meio rural, o avanço das atuais frentes pioneiras nada tem de semelhante ao das antigas frentes de expansão, de avanço paulatino, dos pioneiros; trata-se de um devassamento rápido e violento, movido por grandes interesses industriais e financeiros.

Estes interesses criam uma situação nova à medida que o capital sediado no sul deixa de operar apenas na intermediação comercial e financeira e ingressa na produção. Tal ingresso, por outro lado, ocorre numa época muito precisa e igualmente nova, na qual a escala social da produção de valor acha-se fundada em extensa base capitalista, que se desenvolve a

¹⁰² TUPIASSU, Amílcar A., *A Área Metropolitana de Belém*, Serviço Federal de Habitação e Urbanização, Ministério do Interior, Rio de Janeiro, 1970, pp. 31-32.

partir de um patamar elevado de acumulação. O que implica em passar da canoa para o avião, de um ou dois hectares cultivados para 500 ou 1000 ha, de uma boiada de 50 a 100 cabeças para um estoque de 20 a 50 mil, de empréstimos de 100 mil cruzeiros para um de 1 milhão, da venda no mercado local para a venda direta na Europa e EUA. Cabe notar que esta situação nova criada por este capital foi possível graças à capacidade dos grandes proprietários do sul (não interessa se nacionais ou estrangeiros) em tornar o Estado o avalista que coloca *toda* a riqueza do país, e, portanto, também a Amazônia, à disposição da nova acumulação. Obviamente, a possibilidade daqueles grupos radica nas novas condições de desenvolvimento gestadas após a crise política (1961-64) e econômica (1962-67).

A ida desse capital para a Amazônia – por conseguinte, a implantação do ciclo do capital com obediência a volumes e velocidades de reprodução novos – tem em vista atender a problemas suscitados pela acumulação nucleada no sul, os quais aparecem registrados no Balanço de Pagamentos.

Este sentido histórico do quarto devassamento amazônico inova no aspecto assinalado, mas esteriliza por completo uma oportunidade histórica ímpar de se mobilizar o país – e até outros países com áreas amazônicas – para uma tentativa de criar-se uma nova forma de organização social. A forma de devassamento atual estiola a capacidade criativa e isso se pode ver claramente na burocratização com que se procede nos processos de povoamento e no despotismo tecnocrático com que se processa a depredação dos recursos econômicos e humanos. Não bastando a sofrida experiência por que passou e passa o povo no processo de acumulação no sul, eis, que se vê repetir na Amazônia – com lances grandiosos de heroísmo, sem dúvida, para quem cabe trabalhar – a esfalfante e monótona sina de carrear mais valor para aumentar mais o capital.